



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 6/2014

Minuta da Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 5 DE MARÇO DE 2014.

Aos cinco dias do mês de março de 2014, em Vila Real de Santo António, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, por ausência do Senhor Presidente, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.05 horas, os Srs. Vereadores João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, Sílvia Maria Lopes Madeira, David Matias Murta, Luis Miguel Cristo Salvador Salas e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (PPSNPVRSA);
- APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO INTERNATIONAL SPORTS MEETING - SPORT ZONE ISLAND ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A OXIGÉNIO INSPIRA-TE, LDA.;
- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A SOCIEDADE FOOTBALL SPORTS MANAGEMENT LDA PARA PROMOÇÃO DO EVENTO "MUNDIALITO 2014;

- 2
X
H
- CESSAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
 - APROVAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR PELO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E JOÃO CARLOS GUERREIRO MIGUEL PEREIRA RELATIVO À CRIAÇÃO DO iVRSa – CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA;
 - ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA DE GESTÃO DAS REQUISIÇÕES DE PEDIDOS DE DOCUMENTOS AO ARQUIVO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
 - DEMOLIÇÃO DE RUÍNA NO ESPAÇO DA "SOLIVA";
 - ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIACÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA "I MARATONA DE BTT BAIXO GUADIANA" – ASSOCIAÇÃO BTT BAIXO GUADIANA;
 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO RELATIVO À ISENÇÃO DAS TAXAS DE APRECIACÃO E EMISSÃO DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, PARA A REALIZAÇÃO DO "BAILE DE CARNAVAL" – SOCIEDADE RECREATIVA CACELENSE;
 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço do Município, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 28 de fevereiro de 2014, apresentando um saldo de 709.466,28 € (setecentos e nove mil quatrocentos e sessenta e seis euros e vinte e oito cêntimos).



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pela Sra. Vice-Presidente foi proposta a inclusão da seguinte Proposta:

AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS NOS TERMOS DO ARTIGO 4º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 6º. DO DECRETO-LEI Nº. 127/2012, DE 21 DE JUNHO.

O Sr. Vereador José Cruz também propôs a inclusão da seguinte Proposta:

SUSPENSÃO DA APLIAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DAS RENDAS COMO ESTIPULADO PELO DECRETO-LEI Nº. 166/93.

= Analisada a documentação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão das Propostas.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi apresentada uma Moção relativa à transferência da gestão dos portos comerciais do Algarve para a Administração do Porto de Sines, devendo ser presente na próxima reunião, uma vez que o Sr. Presidente não está presente, documento que fica apenso à ata.

O Sr. Vereador David Murta referiu que, no seguimento do que solicitou, lhe foi entregue uma cópia do Contrato de Exploração e Gestão da Clínica mas faltam os respetivos anexos, pelo que solicitou que lhe fossem facultados os documentos em falta. Sobre este assunto, pediu para o Executivo lhe apresentar ponto de situação sobre o desenvolvimento do acordo.

Propôs também que fossem colocadas placas toponímicas no Bairro do Matadouro e solicitou informação sobre as obras que decorrem na rua ponte da Escola Secundária, uma vez que o piso está em muito mau estado há vários anos.

4
-
M
A

O Sr. Vereador José Cruz questionou o Executivo sobre as perspetivas futuras da Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António e referiu que a CDU ficou preocupada no seguimento de uma anterior visita e tendo em conta a resposta que recebeu da Secretária de Estado. Disse que sabe que há menos vagas este ano letivo e está preocupado que os critérios de eficiência e gestão venham a afetar a qualidade do serviço prestado aos alunos.

O Sr. Vereador David Murta referiu que, por motivos profissionais, tem conhecimento do desenrolar do processo mas referiu que não estava no espaço adequado para informar o Sr. Vereador José Cruz. Manifestou, no entanto, disponibilidade para esclarecer este assunto, caso seja agendada uma reunião para tratar especificamente deste processo.

A Sra. Vice-Presidente disse que na próxima terça-feira o Sr. Presidente tem uma reunião agendada em Lisboa para clarificar esse assunto. Concordou com a inclusão da proposta apresentada pela CDU e comentou que o Sr. Presidente e a Dra. Sílvia Madeira estão a coordenar o trabalho que a Câmara Municipal está a desenvolver, na tentativa de resolver as preocupações dos moradores.

Sobre os restantes assuntos explanados esclareceu que a pavimentação ainda não foi efetuada por faltar a ligação de algumas redes de saneamento à ETAR, no âmbito das obras financiadas pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e mencionou que está em falta o licenciamento da Proteção Civil ao edifício onde ficará localizada a Clínica.

O Sr. Vereador João Rodrigues referiu que o Executivo já tem na sua posse um estudo sobre as necessidades de colocação de placas toponímicas e que em breve os serviços municipais começarão a colocar as placas em falta.




DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador David Murta perguntou se a alteração apresentada era a segunda alteração ao Regulamento, tendo a Sra. Vice-Presidente comunicado que sim, informando que a primeira tinha sido a inclusão da subdivisão de Recursos Humanos.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem aprovadas as alterações ao Regulamento da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, nos termos da informação da Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

N

A

ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (PPSNPVRSA).

O Sr. Vereador José Cruz alertou para o facto de na proposta estar expresso que o rés-do-chão terá atividade bancária e comercial e disse que a CDU concordava com a proposta, apesar de se tratar de uma intervenção num prédio que é um ex-libris de Vila Real de Santo António mas que foi alvo de agressões na fachada pombalina.

O Sr. Vereador David Murta disse que a proposta é percetível e as finalidades também. Expôs ainda que a proposta está bem instruída, mencionando que vai ao encontro das indicações que o Partido Socialista tem feito nas reuniões anteriores.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de se determinar a abertura do período de discussão pública da Alteração ao Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António (PPSNPVRSA), em conformidade com o disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual, fixando-se o prazo da referida discussão pública em 22 dias úteis; e se publicar o teor da deliberação da Câmara Municipal sob a forma de Aviso no Diário da República, na comunicação social e na página da Internet do Município, constando a indicação do período de discussão, os locais onde se encontram disponíveis os conteúdos materiais e documentais que constituem esta proposta de alteração, bem como da forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

7
—
X
A

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO INTERNATIONAL SPORTS MEETING - SPORT ZONE ISLAND ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A OXIGÉNIO INSPIRA-TE, LDA.

O Sr. Vereador David Murta referiu que esses tipos de iniciativas são louváveis mas que, há devida dimensão, deviam ser replicados mais vezes durante o ano, com os clubes e associações do concelho, e lamentou que a Câmara Municipal não possua um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal.

A Sra. Vice-Presidente disse que embora não haja contratos programa desde 2010, a Câmara Municipal nunca deixou de apoiar as atividades das associações e dos clubes que necessitem e que apresentem à Câmara Municipal os respetivos eventos.

O Sr. Vereador José Cruz questionou se o Evento coincide com a realização do Mundialito e se o Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo possui capacidade para albergar cerca de quatro mil participantes. A Sra. Vice-Presidente respondeu à primeira questão mencionando que coincide com o Mundialito e o Sr. Vereador João Rodrigues comunicou que a capacidade da infraestrutura é de seis mil utentes.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado o protocolo de cooperação no âmbito do International Sports Meeting - Sport Zone Island entre o Município de Vila Real de Santo António e a Oxigénio Inspira-te, Lda., documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A SOCIEDADE FOOTBALL SPORTS MANAGEMENT LDA PARA PROMOÇÃO DO EVENTO “MUNDIALITO 2014.

O Sr. Vereador José Cruz questionou se a Câmara Municipal está em condições financeiras de adjudicar duzentos mil euros à Empresa do Sr. Ricardo Godoy e ainda efetuar outras adjudicações de apoio logístico para a realização do evento Mundialito 2014. Disse que em futuras propostas, os técnicos da Câmara Municipal devem fundamentar com especificidade o que vem afirmado, por exemplo, as elevadas taxas de ocupação hoteleira e demais considerandos da proposta. Mencionou ainda que por se fazer muito mais do que se pode leva-se ao ponto de mais tarde não se fazer nada, tal como aconteceu com o Carnaval.

O Sr. Vereador David Murta aludiu que considera positivo a realização do evento mas, tendo em conta as condições financeiras da Câmara Municipal, no futuro, deve ser equacionada o modelo de gestão do evento, de forma a possibilitar baixar os custos com a realização do mesmo. Referiu ainda, que pese embora ao valor alto que se vai pagar ao organizador, ao Município cabe-lhe também assumir uma série de outras despesas com a realização do evento, pelo que a proposta devia vir melhor fundamentada.

A Sra. Vice-Presidente disse que a totalidade destas verbas vem do Fundo de Jogo, tem havido uma diminuição dos custos do evento, não há mais custos para além dos duzentos mil euros e há reuniões com os hoteleiros para que estes eventos permitam a criação de postos de trabalhos nas unidades hoteleiras.

9
-
A

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que se a Sra. Vice-Presidente afirma que os custos do evento são apenas duzentos mil euros e não há mais gastos com a logística, então em propostas futuras deve haver um melhor cuidado na fundamentação, pois o que a Sra. Vice-Presidente afirmou não é o que está explanado na proposta.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Vila Real de Santo António e a Sociedade Football Sports Management Lda. para Promoção do Evento "Mundialito 2014", documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

CESSAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU concorda com a cessação da proposta mas não concorda com a nova atribuição, uma vez que quem vai ocupar o espaço é um atual vogal da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António. Referiu ainda que lhe parece muito estranho que a Junta de Freguesia fique com o direito de ocupação de um espaço, efetue diversas melhorias e de imediato não queira continuar a ocupar o espaço. Citou, finalmente, que lhe pareceu um acordo para ultrapassar a lei dos compromissos.

O Sr. Vereador David Murta disse que compreende que os protocolos que não correm bem devem ser cessados. Mas que não consegue perceber o que correu mal, uma vez que da leitura do protocolo não se vislumbram com clareza quais as finalidades do protocolo. E questionou se as ações inicialmente previstas realizar pela Junta de Freguesia, eram as que vinham efetivamente a decorrer nos últimos tempos no espaço mencionado.

10
—
✓
A

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a cessação do protocolo de colaboração celebrado em 28 de julho de 2011 entre o Município de Vila Real de Santo António e a Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António e atribuir à presente deliberação efeitos imediatos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR PELO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E JOÃO CARLOS GUERREIRO MIGUEL PEREIRA RELATIVO À CRIAÇÃO DO IVRSA – CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA.

A Sra. Vice-Presidente esclareceu que a Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António solicitou a cessação do protocolo. A presente proposta consiste em regularizar a atribuição de um espaço que já está a ser ocupado pelo Sr. João Carlos Guerreiro Miguel Pereira.

O Sr. Vereador David Murta afirmou que considerava vital que o Município efetue uma boa promoção turística, que entende na devida medida e conta ser benéfica e vantajosa, mas perguntou se estavam esgotadas todas as vias para se estabelecer um acordo com o Turismo do Algarve para instalar em Vila Real de Santo António um posto de turismo, tal como já aconteceu no passado, e se existe algum projeto para que tal se concretize. Expôs que nada tem contra a pessoa em questão, que estima e reconhece capacidade e empreendedorismo, mas o que estava em causa era atribuir um espaço público a um privado sem que se realizasse a correspondente hasta pública, de acordo com a legislação em vigor. E que nem um parecer jurídico acompanha a proposta. Referiu ainda que, conforme pontos 2 e 3 da cláusula 4.^a, o assunto em questão é claramente um negócio privado, e que curiosamente já está em funcionamento.

29
N
A

O Sr. Vereador José Cruz disse que concorda com a figura de centro de informação turística mas, na sua opinião, não estão esgotadas todas as possibilidades de se solicitar uma colaboração com o Turismo do Algarve. A promoção realizada pela entidade da administração central tem outras valências, seria uma mais-valia e apresentaria um melhor resultado futuro do que sendo feita por um privado. Mencionou ainda que não compreende como é que o Município entrega a promoção do Concelho a um munícipe, quando tem todos os meios, inclusive espaço público, para efetuar essa promoção. Para além do exposto, cede o espaço publico a um munícipe para que venda produtos e nada pague à Câmara Municipal, com a peculiaridade de que todos os outros comerciantes instalados nas lojas do Centro Cultural António Aleixo terem que liquidar mensalmente as taxas à Câmara Municipal.

A Sra. Vice-Presidente disse que o acordo obriga a que o Sr. João Pereira faça promoção do Concelho e realize visitas com turistas ao Centro Histórico e ao Concelho e comunicou que em anos anteriores houve contatos entre a Câmara Municipal e o Turismo do Algarve para se instalar um posto de turismo em Vila Real de Santo António.

O Sr. José Cruz voltou a intervir referindo que o que estava em causa nesta proposta era entregar a promoção do Concelho a um privado, quando devia ser a Câmara Municipal a fazê-lo, com a agravante de que o munícipe está a vender produtos num espaço que é propriedade da Câmara Municipal.

O Sr. Vereador João Rodrigues disse que esteve em diversas reuniões com o Turismo do Algarve de forma a se instalar um posto de turismo em Vila Real de Santo António mas a entidade da administração central nunca concordou, quer pela existência de um outro posto de turismo localizado a 3 Km, quer por restrições financeiras.

O Sr. Vereador David Murta mencionou que os nossos visitantes conhecem o símbolo do Turismo de Portugal e dirigem-se com regularidade à Escola de Hotelaria a solicitar informações, sendo encaminhados para o Centro Cultural António Aleixo.



O Sr. Vereador José Cruz quis realçar, por fim, que a posição da CDU não é referente ao cidadão em causa mas sim pela forma como o Executivo está a tratar o bem publico, ou seja, atribuir de forma arbitrária o espaço público a um individuo sem realizar o respetivo concurso público.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a celebração do Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e João Carlos Guerreiro Miguel Pereira relativo à criação do iVRSA – Centro de Informação Turística, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Considerando os argumentos anteriormente expressados, o voto da bancada do PS é contra.”

ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA DE GESTÃO DAS REQUISIÇÕES DE PEDIDOS DE DOCUMENTOS AO ARQUIVO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que quando esteve na Câmara Municipal como Adjunto do Sr. Presidente criou um programa informático de gestão da correspondência. Citou que não compreende que existindo tantos técnicos de informática com formação superior na Câmara Municipal seja necessário solicitar à Câmara Municipal de Tavira um sistema de requisições de arquivo, quando a Câmara Municipal poderia criar o seu próprio sistema de gestão.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o acordo de colaboração para a cedência da aplicação informática de gestão das requisições de pedidos de documentos ao arquivo, celebrado entre o Município de Tavira e o Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

DEMOLIÇÃO DE RUÍNA NO ESPAÇO DA "SOLIVA".

O Sr. Vereador José Cruz referiu que se fosse responsável pela segurança da Câmara Municipal ou dos serviços da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal mandava imediatamente retirar o relatório que faz parte da proposta. Disse que não entende que num espaço público com segurança na entrada se possa afirmar que o "moinho de vento" sirva de abrigo/esconderijo aos larápios que retiram os motores e o cobre que se encontra nos eletrodomésticos. Quis ainda o Sr. Vereador deixar a nota de que o "moinho" foi mantido quando na gestão da CDU na Câmara Municipal foi adquirido o edifício que se denomina "Soliva".

O Sr. Vereador David Murta disse que concorda com o Sr. Vereador José Cruz e deixa o alerta de haver muito equipamento valioso no espaço em questão, pelo que a Câmara Municipal deve acautelar a segurança das instalações, não permitindo a entrada ou a intrusão de pessoas estranhas à Câmara. Disse ainda que nas fotos são visíveis a falta de condições de higiene existentes no espaço, local de trabalho de muitos funcionários do Município, pelo que devem ser tomadas as adequadas medidas. E que nada tem contra a demolição do bem em questão.

24
M
A

O Sr. Vereador João Rodrigues disse que não há problemas de higiene no local onde estão os trabalhadores, tendo informado que o lixo é colocado num espaço próprio e depois transportado para o centro de recolha existente no Concelho de Tavira. Mencionou ainda que os Srs. Vereadores não devem estar preocupados, pois não há problemas de segurança no edifício da “Soliva”, havendo a suspeita do roubo dos materiais poder ocorrer por um ou outro trabalhador.

O Sr. Vereador José Cruz voltou a intervir referindo que, se se justificar, para salvaguardar os bens públicos, a Câmara Municipal deve pensar em colocar um sistema de videovigilância na infraestrutura.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado a demolição da ruína através dos serviços da Câmara Municipal, de forma a assegurar a integridade física das pessoas que frequentam o local e poder-se aproveitar utilmente aquele espaço, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

15
-
X
A

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA “I MARATONA DE BTT BAIXO GUADIANA” – ASSOCIAÇÃO BTT BAIXO GUADIANA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licença, bem como a isenção, em futuros pedidos, das taxas, desde que o objeto da licença seja da mesma natureza e solicitados pela mesma Associação, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documento que constitui parte integrante da presente ata.

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO RELATIVO À ISENÇÃO DAS TAXAS DE APRECIÇÃO E EMISSÃO DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, PARA A REALIZAÇÃO DO “BAILE DE CARNAVAL” – SOCIEDADE RECREATIVA CACELENSE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser ratificado o seu despacho que autorizou a isenção das taxas respeitantes à apreciação e emissão da licença especial de ruído, bem como a isenção, em futuros pedidos, das taxas, desde que objeto da licença seja da mesma natureza e solicitado pela Sociedade Recreativa Cacelense, nos termos do disposto do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

16
X
H

AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º, DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO ARTIGO 6.º, DO DECRETO-LEI Nº. 127/2012, DE 21 DE JUNHO.

O Sr. Vereador José Cruz solicitou o envio da proposta em formato digital.

O Sr. Vereador David Murta reforçou o pedido, tendo justificado a solicitação com a especificidade e a pertinência da proposta.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o reforço do aumento temporário excecional de fundos disponíveis no montante de 2.500.000,00€, de acordo com o previsto no artigo 4.º n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

27

X

SUSPENSÃO DA APLIAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DAS RENDAS COMO ESTIPULADO PELO
DECRETO-LEI Nº. 166/93.

O Sr. Vereador José Cruz disse que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) vem aplicar um Decreto-Lei (166/93, de 07 de maio) que foi promulgado há mais de 20 anos e que visa uniformizar os regimes de renda dos imóveis que estavam sujeitos ao regime de arrendamento social. Mencionou que para a CDU, com a atual conjuntura, não se deve aplicar este diploma. Referiu ainda que algumas famílias passarão a pagar 160 euros de renda, quando até agora pagam 15 euros, com a agravante deste aumento decorrer em simultâneo com os cortes de vencimentos e das pensões de reforma. Afirmou que a sociedade tem que manifestar esse descontentamento junto do Governo, pelo que para a CDU é inevitável a aprovação desta Proposta.

A Sra. Vereadora Silvia Madeira disse que a Câmara Municipal sabe que os residentes foram notificados para pagar uma renda superior. Foi criada uma comissão de moradores, com quem a Câmara Municipal tem estado em diálogo e onde solicitou a apresentação completa da documentação de todos os moradores para estudar os diferentes casos. Também referiu que foi efetuada uma avaliação das habitações/edifícios pelos serviços de engenharia da Câmara Municipal e alguns moradores vão avançar com providências cautelares, tendo os serviços jurídicos da Câmara auxiliado na fundamentação. Mencionou ainda que o Sr. Presidente contactou com o IHRU no sentido de poderem rever a aplicabilidade do Decreto-Lei, tendo aquele Instituto mostrado abertura para avaliar os diversos casos.

A

O Sr. Vereador David Murta mencionou que as condições péssimas em que se encontram algumas das habitações (interiores e exteriores) não são compatíveis com os aumentos de renda propostos.

O Sr. Vereador José Cruz disse que concorda com a atuação mas sobre as providências cautelares tem muitas dúvidas, uma vez que os Juízes constatarão que há uma Lei em vigor, pelo que dificilmente poderão efetuar algo, uma vez que o que IHRU está a aplicar é uma Lei que está aprovada, embora a mesma exista há mais de 20 anos. Citou ainda que sabe que há providências cautelares mas a reação do IHRU tem sido iniciar ações de despejo. Por isso, referiu que a CDU quer demonstrar descontentamento junto do Governo e que está disponível para dialogar no sentido de se encontrar uma solução que não prejudique ainda mais a já difícil situação dos moradores.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador José Cruz, no sentido de ser solicitado ao Governo que, junto do IHRU, intervenha para que se proceda à suspensão da aplicação da atualização das rendas como estipulado pelo Decreto-Lei nº. 166/93, de 07 de maio, até que seja revista a legislação e estabelecer critérios de cálculo das rendas que tenham em conta a dimensão do agregado familiar, tomando em consideração o rendimento líquido per capita de todos os elementos do agregado, as obras de melhoramento feitas pelos inquilinos e a idade do imóvel e o estado de conservação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice-Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10 horas e 30 minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEICIA SABINO, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.

Francisco José Leicia Sabino

Francisco Sabino